

Por uma sociologia relacional das elites: Composição, lógicas de recrutamento e tomadas de posição em grupos dirigentes no Rio Grande do Sul

Wheriston Silva Neris

CORADINI, Odaci Luiz (Org). *Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, 148 p.

Reunindo uma coletânea de artigos resultantes de teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul nos últimos anos, a publicação do livro organizado por Odaci Luiz Coradini, *Estudo de Grupos Dirigentes no Rio Grande do Sul*, constitui uma relevante contribuição ao refinamento metodológico dessa crescente área de estudos no Brasil. Poderíamos destacar pelo menos quatro razões, de caráter mais geral, para essa afirmativa.

1) Trata-se de um livro orientado por um conjunto de problemáticas vinculadas ao atual estado de discussão do tema nas ciências sociais, razão pela qual se leva muito a sério a questão dos problemas derivados da operacionalização de esquemas analíticos forjados no estudo de elites de “países centrais” e da sua adequa-

ção em “sociedades periféricas”; 2) Em segundo lugar, pelo fato de que cada discussão “sinteticamente realizada” seja conduzida por meio de uma reflexão crítica acerca dos procedimentos postos em prática ao longo de cada uma das pesquisas, das ferramentas conceituais adotadas e dos resultados das investigações; 3) Em terceiro lugar, o leitor não terá dúvida que o fundamental para definição e construção de cada um dos objetos não está exatamente no recorte empírico, mas na perspectiva teórica que unifica e fundamenta os trabalhos; 4) Como resultado, talvez esse seja um dos pontos mais positivos, tem-se a oportunidade bastante profícua de observar os efeitos de conhecimento resultantes da confrontação dessa mesma orientação teórica a fenômenos de dominação social diversificados conforme as diferentes esferas (re-

ligiosa, política, cultural, jurídica, burocrática, familiar, econômica, etc.).

As bases teóricas e os propósitos da discussão são explicitados na introdução de Odaci Luiz Coradini, intitulada: *As elites como objeto de estudos*. Nela, Coradini apresenta ao leitor um conjunto de problemas conceituais e metodológicos que acometeram a chamada teoria das elites, uma espécie de iniciação genealógica da conceituação. Ao recompor a sucessão de mal-entendidos e reconversões temáticas que estiveram na origem desse tipo de estudos, o autor procurou enfatizar a renovação operada pelos trabalhos de Pierre Bourdieu e de sua equipe, especialmente por terem oferecido uma perspectiva inovadora para uma discussão que parecia condenada à mera redundância e repetição das referências consagradas (quer dos neomaquiavélicos: Mosca, Pareto, Michels, etc. quer dos demais “clássicos”: Mills, Dahl, Schumpeter, Miliband e Poulantzas, etc).

Como argumenta Coradini, ao romper com o modo de pensamento substancialista que permeava, seja “as dissertações teóricas da tradição marxista sobre a classe dominante”, seja as investigações que visavam oferecer uma resposta empírica à questão de saber quem governa, a perspectiva relacional defendida por Bourdieu permitiu um deslocamento da pauta de investigações das elites, para as “estruturas de poder e dominação em diferentes esferas sociais” (p. 12-13). Vale dizer, com base nessa perspectiva, “não é o grupo nem são os indivíduos que constituem o objeto, mas os recursos e princípios de legitimação que estruturam suas práticas e, inclusive, suas relações com as demais categorias sociais, não necessariamente dominantes” (p. 14). Assim, nos capítulos que seguem, essa orientação não apenas é corroborada, co-

mo também viabilizada e ampliada a partir de uma discussão conceitual estritamente ligada às bases empíricas (exceção feita ao trabalho de Luiz Alberto Grijó).

O estudo de Ernesto Seidl dedica-se à compreensão das transformações na estruturação da alta esfera católica no Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX, focalizando os princípios de composição do espaço católico e as estratégias de enquadramento e recrutamento religiosos. Combinando a abordagem histórica do desenvolvimento da igreja no Brasil (e as peculiaridades de sua inserção na região sul) e dispondo de diferentes recursos metodológicos (prosopografia, entrevistas em profundidade, análise de trajetórias, etc), o autor apresenta os encaminhamentos e estratégias de pesquisa que permitiram estabelecer homologias entre as transformações do espaço católico e as redefinições da excelência religiosa (cada vez mais associado à posse de trunfos escolares reconhecidos).

Fabiano Engelman investiga as correspondências entre a diversificação do espaço dos juristas e a produção/legitimação de definições concorrentes com relação à profissão, o ensino e os métodos de interpretação do conhecimento jurídico a partir da década de 1990. Segundo o autor, a expansão do ensino de pós-graduação do direito esteve no princípio da diversificação do espaço do direito, vale dizer, da afirmação das carreiras acadêmicas como *locus* de afirmação dos “especialistas de ensino” (diferenciando-se dos “juristas tradicionais”) e do usos e definições posicionais das carreiras jurídicas de Estado e da advocacia (universo dos práticos). Ao comparar diacronicamente os âmbitos formativos dos cursos de pós-graduação em Direito nas décadas de 1970, 80 e 90, no Rio Grande do Sul, a partir da correlação entre as características sociais do

corpo docente, as instituições públicas e/ou privadas, e os temas de produção intelectual, o autor pôde estabelecer distinções entre um pólo de tomadas de posição mais dogmático (representado pela UFRGS) e outro mais interdisciplinar e diversificado socialmente (representado pela UFSC e herdeiras: Unisinos/Unisc/PUCRS, etc.). Como assinala, a emergência de novos usos políticos do espaço judicial e fundamentações variadas do Direito (a exemplo do Direito Alternativo) deriva não somente das conjunturas de redefinição institucional ocorridas desde o final do regime militar (com a “*démarche*” da relegitimação dos juristas), como também da ascensão de um grupo de “agentes com características sociais distintas dos padrões dos juristas tradicionais” nesse mesmo espaço.

As condições lógicas e sociais do engajamento e militância na defesa das causas ambientais constituem o tema da investigação de Wilson José Ferreira de Oliveira. Com base numa investigação sobre os diferentes padrões de recrutamento e seleção dos principais dirigentes das organizações e mobilizações ambientalistas constituídas entre os anos 1970 e início dos anos 2000, o autor avança na hipótese da existência de diferentes modos de articulação entre formação escolar e títulos escolares e profissionais (associada às dinâmicas de diversificação do ensino superior) e “recursos e vínculos sociais estabelecidos com diferentes esferas sociais (familiar, das amizades, do trabalho, religiosa, política, etc.)” (p. 115). A combinação analítica da diversidade de recursos, disposições e itinerários militantes e profissionais (resultantes das múltiplas inserções e acúmulos de posições em diversas esferas e organizações sociais), com os significados atribuídos à formação profissional, resulta então em ganho interpretativo da complexida-

de de vínculos que as organizações ambientalistas, através de seus representantes, estabelecem com outros tipos de organizações e movimento sociais – “um dos aspectos decisivos da diferenciação das formas de intervenção associativa nas instâncias formais de proteção ambiental” (p. 122-123).

A investigação de Eliana Tavares dos Reis concentra-se sobre a dinâmica de reconfiguração das modalidades e repertórios de intervenção política dos agentes que inauguraram sua atuação no movimento estudantil nas décadas de 1970 e 1960. Com base na articulação de diferentes níveis e aportes analíticos (a exemplo da *Sociologia História*, *Sociologia Política*, etc.) a autora examina as estratégias acionadas em diferentes contextos históricos, as trajetórias individuais e os repertórios diversos de afirmação, inseparavelmente políticos e intelectuais, nas arenas de inserção dos agentes em foco. A construção de “padrões de especialização no militantismo e no engajamento” permitiu, então, à autora combinar experimentalmente os recursos e trunfos acionados, bem como seus efeitos sobre o conjunto de trajetórias possíveis.

O trabalho de Igor Gastal Grill explora o espaço de concorrência política, enfocando os recursos e trunfos acionados por “famílias de políticos” para gestão, apropriação e transmissão de patrimônios políticos, bem como as modalidades de uso do passado como trunfo político (especialmente a reivindicação e uso da “genealogia trabalhista”). Como assinala o autor, “o olhar é direcionado para as bases sociais, os esforços por legitimar tais recursos como trunfos eleitorais e as concepções e práticas relativamente à dinâmica social e política do Rio Grande do Sul” (p. 136). Na medida em que são explicitadas as razões da escolha da temática, os materiais coletados, as abordagens, obstáculos e

procedimentos de pesquisa, simultaneamente o leitor é situado nas interfaces existentes entre a afirmação e diversificação social de determinados segmentos da “elite política” e a transmissão de patrimônio político no interior das redes de parentesco (p. 136). Assim, se a análise conduz à discussão das transformações históricas nos padrões de recrutamento e seleção política, das linguagens e imagens valorizadas, da mesma maneira demonstra a permanência da centralidade “dos códigos de reciprocidade, da personificação do capital simbólico e da mediação” como princípios que estruturam o espaço de concorrência política naquele Estado. Na intersecção entre esses movimentos interdependentes, o autor situa as estratégias empregadas pelas diferentes famílias e/ou agentes para resgate e gestão da memória e os usos da tradição política (especialmente aqueles tendentes a celebrar o legado e fixar uma *genealogia simbólica*).

Finalmente, sem a pretensão de “ser novidade ou dar um desfecho para a problemática” dos usos de biografias e produtos culturais similares, o texto de Luiz Alberto Grijó intitulado “*Biografia, para quê?*” se propõe a levantar uma série de questionamentos críticos “a respeito dos modos, lugares e finalidades de produção deste gênero de produto cultural”. Texto direcionado em especial aos historiadores, uma “profissão de fé” em certos princípios”, como julga o autor, a discussão é alavancada através das contribuições extraídas de diferentes referências na “esfera das ciências sociais, e especificamente, na da história” (Bourdieu, Mário Grynszpan, Giovanni Levi, Sabrina Loriga, Le Goff, etc.). Como resultado, apesar de destoar em relação às “diretrizes” da coletânea, sua leitura apresenta contribuições profícuas à “crítica documental” dos repertórios biográficos

que vem sendo utilizados por pesquisadores nas ciências sociais.

Enfim, observando os trabalhos em perspectiva comparada, creio que três observações mereçam ser realizadas a partir da leitura dos textos: 1) Todos os esquemas analíticos construídos para estudo dos grupos dirigentes são realizados mediante a tentativa de integração sistemática de abordagens tanto objetivistas, quanto perspectivistas, i.e., pela combinação não somente dos trajetos sociais, profissionais e dos capitais mobilizados, como também das idéias que dão sentido e servem de instrumento de luta dos protagonistas estudados; 2) Algumas questões também apresentam-se com freqüência, como a centralidade de princípios de estruturação nas diferentes profissões com base no modelo da família e das relações de reciprocidade (parentesco, amizade, patronagem, alianças, etc.), bem como pela crescente importância da utilização instrumental dos produtos e títulos escolares para ocupação de posições no campo do poder; 3) finalmente, quer parecer ao resenhista que uma das contribuições mais profícuas do trabalho como um todo está na demonstração do caráter construído de cada objeto. Em outras palavras, o esforço encetado ao longo das investigações para não deslizar do modelo de análise construído para a realidade dos modelos, constituiu, sem dúvida, a maneira mais proveitosa de demonstração do fato de que as ferramentas conceituais e procedimentos metodológicos sempre estão destinados a voltar ao trabalho empírico e a modificar-se por ocasião de cada estudo.

Nota sobre o autor

Mestrando em Ciências Sociais – PPGCSoc/UFMA (Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Maranhão – Brasil).